



[artigos]



Notas sobre História da Moda e da Indumentária no Brasil e possíveis aproximações com perspectivas decoloniais

Notes on Fashion and Dress History in Brazil and possible approaches with decolonial perspectives

Alliny Maia¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5674-5384>

[resumo] Este artigo problematiza o campo de estudos sobre a História da Moda e Indumentária no Brasil com o intuito de apontar suas potencialidades e limitações, em contraste com as possíveis aproximações deste com o pensamento decolonial. Neste sentido, são discutidos os desafios de pesquisar temas relacionados a grupos subalternizados no Brasil sob um viés histórico, decorrentes da escassez de documentação específica. Em face desses desafios, são apresentadas alternativas de práticas metodológicas, derivadas do desenvolvimento da pesquisa de doutorado (em andamento) desta autora. A reflexão proposta evidencia as urgentes tarefas de ampliar o conhecimento relativo ao campo e de construir uma abordagem teórica que sirva para expandir alguns conceitos e amenizar lacunas interpretativas.

[palavras-chave] **Moda. Decolonialidade. História da Indumentária no Brasil.**

[abstract] This article examines the field of Fashion and Dress History in Brazil, highlighting its potential and limits in contrast to its possible approaches to decolonial thinking. It covers the challenges of investigating issues relating to subaltern populations in Brazil from a historical perspective due to a lack of specific documentation. Alternatives of methodological practices emerging from my Doctoral research (in progress) are presented in response to these obstacles. The proposed idea emphasizes the importance of extending the field knowledge and developing a theoretical approach to expand some notions and overcome some interpretation gaps.

[keywords] Fashion. Decoloniality. Brazilian Dress History.

Recebido: 16-07-2021

Aprovado: 15-09-2021

¹ Mestra em Arte e Cultura Visual pela UFG; doutoranda no PPG em Arte e Cultura Visual da UFG; endereço eletrônico: allinymaia@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5008256038457508>

Algumas reflexões iniciais²

O mundo moderno e suas estruturas geográficas, políticas, econômicas e sociais se configuraram a partir do século XVI, com a colonização das Américas. Após o estabelecimento das colônias, o seu *status* formal foi deixado para trás à medida que as nações tornavam-se independentes nos séculos subsequentes. A colonialidade, porém, ainda existe e se manifesta por meio da hierarquia que confere aos países europeus, aos quais se uniram posteriormente os Estados Unidos, uma posição de dominação sociocultural sobre os não-europeus (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Como consequência disso, na América Latina, as estruturas de poder resultantes das relações coloniais continuam estabelecidas, engendrando processos de constrangimento e subordinação que se expressam também na produção acadêmica. Como elucida Porto-Gonçalves:

[...] para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, [...] há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

Escobar (2017) comenta que, na América Latina, abalar a estrutura epistêmica das academias e levá-las a valorizar o que se denomina hoje de “conhecimentos outros” e mundos subalternos não foram conquistas fáceis, porém muito necessárias e ainda em desenvolvimento. Neste viés, autores do pensamento decolonial, dentre eles os pertencentes ao grupo autodenominado Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MIGNOLO, 2017), têm contribuído para a construção de um pensamento crítico na América Latina, cujo objetivo é promover a reflexão e proposição de uma produção que vá além dos paradigmas referentes ao Norte global, criando espaços de enunciação que tragam à tona outras formas de pensar e agir.

Edgardo Lander (2005) destaca como as sociedades liberais do Norte global legitimam a sua própria narrativa histórica (sendo esta limitada a condições histórico-culturais específicas) de forma universalizante. Assim, exerce um papel determinante em processos de inferiorização de outros modos de vida e de conhecimento. Em contrapartida, uma nova forma de interpretação historiográfica tem ganhado espaço inspirada no conceito de sistema-mundo, desenvolvido por Wallerstein.³ Conforme argumenta o historiador Vanhaute

² Grande parte das reflexões propostas neste artigo resultou do contato com estudos direcionados pelo professor Dr. Elias Nazareno em sua disciplina intitulada *Interculturalidade crítica, transdisciplinaridade e metodologias decoloniais*, oferecida no ano de 2020 na Universidade Federal de Goiás.

³ Unidade de análise geopolítica que fornece referências para a interpretação do capitalismo como sistema surgido a partir do século XVI na Europa, por meio do qual o continente expandiu sua organização social e integrou novos territórios à sua economia. A partir do sistema-mundo tem-se uma compreensão de uma organização econômica, política e cultural que resulta na dominação relacionada às assimetrias de poder de países do Norte e Sul global (WALLERSTEIN, 2011).

(2021, s.p., tradução nossa), o pensamento histórico segundo essas premissas “não utiliza uma perspectiva macroanalítica exclusiva, baseada em conceitos e categorias predefinidas, nem sustenta uma visão hegemônica sobre a globalização como um processo fundamentalmente homogêneo que converge a economia mundial e a sociedade mundial”⁴. Desse modo, “questiona subdivisões e relações temporais e espaciais, não como hierárquicas, mas como processos contingentes”⁵.

Pretende-se aqui apresentar brevemente o modo como os estudos acerca da moda e indumentária têm sido desenvolvidos em um contexto global e, em especial, no Brasil. A partir disso, apresentar possíveis contribuições do pensamento decolonial, inclusive uma perspectiva histórica inspirada na noção descentralizadora de sistema-mundo, para uma mudança na forma de se enxergar e estudar os temas relacionados ao campo. Tendo em vista a reflexão propositiva acerca de uma práxis de pesquisa mais coerente com a nossa cultura que aborde o conhecimento histórico sobre a Moda sob um viés abrangente de seus múltiplos atravessamentos e simultaneidades.

Um Panorama dos Estudos sobre a História da Moda e Indumentária

O campo de estudos sobre a História da Moda e da Indumentária é relativamente recente, tendo surgido por volta da década de 80, fortemente dominado por uma tradição de conhecimento orientada pelos paradigmas da modernidade/colonialidade. Conforme afirma a historiadora Tortora (2010), boa parte das publicações que fundamenta os estudos sobre a história da moda é de autoria de pesquisadores com uma perspectiva referenciada no Norte global e que, portanto, não possuem familiaridade com fontes externas às suas próprias culturas. Essa característica veio a influenciar vigorosamente a maneira de construir o conhecimento acerca da moda no Brasil, tanto no âmbito do ensino quanto da pesquisa.

O surgimento do primeiro curso de Moda no país aconteceu em 1988, na Faculdade Santa Marcelina. Conforme esclarece Lima (2018), a partir de seu surgimento, os cursos superiores em Moda foram estruturados com base na adaptação de currículos estrangeiros (europeus e estadunidenses), falhando, portanto, em adequar-se ao contexto brasileiro. A partir de uma análise de ementas de cursos localizados na região Sul (que possuem muitas semelhanças com aqueles empregados em outras localidades), Sant’anna (2015) observa que, sob a perspectiva do ensino de História da Moda, privilegia-se a história localizada no Norte global centrada em uma visão universalista e descontextualizada. Esta visão resulta de uma compreensão de processos históricos generalizados em obras como *Costume and Fashion* de James Laver (1989) e *Histoire du costume en Occident*, de François Boucher

⁴ “[...] not use an exclusive macro-analytical perspective, based on pre-defined concepts and categories, nor does it support a hegemonic view on globalization as a fundamentally homogeneous process converging the world economy and world society”.

⁵ “[...] questions temporal and spatial subdivisions and relations, not as hierarchical, but as contingent processes”.

(1965), cujas traduções servem de base para muitas bibliografias de disciplinas de História da Moda em cursos superiores no Brasil (SOARES; MARTINS, 2019), as quais são fundamentadas na linearidade cronológica e na localização espacial eurocentrada, amplamente utilizadas nos estudos acadêmicos do campo.

Por conseguinte, as narrativas academicamente produzidas acerca da História da Moda e Indumentária no Brasil encontram-se repletas de cortes e apagamentos que ocultam aspectos da nossa cultura. Sabe-se muito pouco acerca das contribuições dos povos originários, africanos e afro-brasileiros, como sujeitos dessa história. Quando são incluídos nas narrativas oficiais, esses grupos figuram como participantes dos trânsitos coloniais, mas não como protagonistas. Portanto, é imprescindível a descentralização da narrativa historiográfica, voltada para uma reorientação do modo de pensar e pesquisar a Moda que propicie a atualização das discussões para que sejam mais coerentes com as dinâmicas socioculturais brasileiras.

Cabe ressaltar que o processo de descentralização não implica desconsiderar ou invalidar o conhecimento produzido por pesquisadores pertencentes ao Norte global. Uma premissa interessante que Vanhoute (2021) apresenta ao discutir a perspectiva histórica baseada no sistema-mundo reside no trabalho colaborativo. Para a construção de uma nova forma de pensar o campo, de forma individual e coletiva, o ponto de partida é o reconhecimento da colonialidade e de suas estruturas de poder. A partir disso, torna-se possível o exercício de pensar a moda e suas estruturas para que se reconheça a herança colonial e refletir de modo crítico a partir desta, decolonialmente.

Sob a influência dos estudos pós-coloniais e decoloniais, tem-se visto surgir, até em países europeus e nos Estados Unidos, uma reflexão crítica acerca do assunto que propicia discussões acerca da necessidade de pensar a moda e a indumentária sob outras lentes. A proposta de uma revisão da perspectiva e teorias adotadas no campo tem assumido diferentes formatos nesse período por meio de iniciativas como a realização do simpósio intitulado *Re-visioning Fashion Theories: Postcolonial and Critical Transcultural Perspectives*, pela *Academy of Fine Arts Vienna*, em 2015,⁶ a elaboração e a divulgação de materiais do coletivo de pesquisa *Research Collective for Decolonising Fashion*,⁷ a publicação na *web* da plataforma *Fashion and Race Database*,⁸ dentre outras, como resultado, publicou-se o livro *Fashion and Postcolonial Critique*, em 2019. Além da edição da revista internacional *Fashion Theory* publicada em 2020, intitulada *Decoloniality and Fashion*, que contou com membros do comitê diretor do *Research Collective for Decolonising Fashion*.

No Brasil, também se tem vivenciado um despertar para a necessidade de ampliar e tornar mais diversa e inclusiva a produção acadêmica da área. A título de exemplo,

6 Mais informações disponíveis em: <https://www.akbild.ac.at/portal_en/institutes/education-in-the-arts/konferenzen-1/2015/re-visioning-fashion-theories-postcolonial-and-critical-transcultural-perspectives>.

7 Mais informações disponíveis em: <<https://rcdfashion.wordpress.com/#:~:text=The%20Research%20Collective%20for%20Decolonizing,Fashion%20Conference%20in%20Rabat%2C%20Morocco>>.

8 Disponível em: <https://fashionandrace.org/>.

em 2020, no Encontro dos GTs do Colóquio de Moda,⁹ houve a realização, pela primeira vez no evento, de duas mesas-redondas e uma palestra relacionadas ao racismo e à visibilidade de negras e negros na moda; e a apresentação de pesquisas referentes às perspectivas decoloniais, publicadas nos Anais do evento. Além disso, em 2020, foi publicado pela revista *dObras* um dossiê temático¹⁰ intitulado *Afromoda: o uso das roupas e das aparências em corpos políticos*. Houve, ainda, a recente publicação do artigo seminal de Santos (2020), intitulado *Uma análise teórico-política decolonial sobre o conceito de moda e seus usos*, no e-periódico *Modapalavra*.

Na esteira dessas discussões, novas camadas de conhecimento e questionamentos têm sobreposto em fluxo contínuo as antigas estruturas, promovendo abordagens mais conscientes dos apagamentos e das fissuras do campo, ainda carentes de investigação mais profunda. Com vistas a contribuir com esse processo de emergência de novas discussões e abordagens, propõe-se nas seções seguintes uma reflexão crítica do conceito de moda, cuja problematização se faz importante para a identificação de noções enraizadas no campo, tendo em vista a sua ampliação. Em seguida, apresenta-se caminhos possíveis para uma aproximação do modo de realizar pesquisas relacionadas à Moda sob as perspectivas históricas com o pensamento decolonial.

Aproximações entre a moda, a indumentária e o pensamento decolonial

Mignolo e Vazquez (2013) discutem como a estética moderna tem um papel central na configuração de um modelo normativo que valida a rejeição de expressões artísticas provenientes de outras culturas, assim como de suas sensibilidades e apreensões de beleza. Segundo a perspectiva eurocêntrica, o que é produzido fora do Norte global não chega a alcançar o status de produção artística, literária, ou de moda. Isso se torna claro no âmbito dos estudos sobre Moda e Indumentária quando observamos adjetivos como *tradicional, autêntico e ancestral* serem usados em relação à indumentária de povos originários, africanos e afro-brasileiros, em um sentido depreciativo. Em contraste com as ideias de avanço e novidade relacionadas à indumentária de influência europeia, a partir do próprio conceito de moda.

Devido à limitação desse conceito diante da pluralidade de modos de vestir, produzir e se relacionar com a indumentária, Taylor (2013) já indicava como o termo *moda* vem sendo repensado no meio acadêmico. Essa postura de reavaliação partiu, em um primeiro momento, de uma compreensão mais consciente acerca dos cruzamentos culturais e de uma interdependência global que esvazia o sentido de culturas homogêneas (TAYLOR, 2013). Tem sido fortalecida, ainda, pela contribuição dos estudos decoloniais, que conceituam a

9 O evento aconteceu como uma edição virtual do tradicional Colóquio de Moda, em virtude da pandemia causada pela Covid-19.

10 Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1232>>.

moda como “[...] um sistema de poder e uma indústria capitalista que foi concebida na Europa e exportada para o resto do mundo através do imperialismo e globalização europeus” (SLADE; JENSEN, p. 811, 2020 tradução minha).¹¹

Mignolo (2019) elucida que, para a construção de um pensamento decolonial, é necessário mudar os termos da conversação com vistas à construção de um lócus enunciativo que desobedeça às regras e ao vocabulário moderno e colonial. No campo científico, de modo geral, são muitos os conceitos e termos a tangenciarem os estudos sobre moda e indumentária que precisam ser revistos e reformulados a partir dessa perspectiva. Vislumbrar essa possibilidade reforça a percepção das fissuras interpretativas e apreensões reducionistas.

Alguns passos já têm sido dados no sentido de propor novos termos para o campo. O termo *estilo*, por exemplo, como proposto por pesquisadores como O’Neal (1998) e Carol Tulloch (2004), faz referência à cultura afrodiáspórica relacionada ao vestir, conforme comentam Gaugele e Titon:

Estilo [...] tem sido conceituado como uma semiologia que narra a sequência histórica das rotas de migração e destaca diferentes ondas de imigração e suas mudanças nas culturas de vestuário [...] Baseando-se no referencial teórico dos estudos culturais, seu objetivo é de ‘reorientar a moda’ para propor novos termos e conceitos ao estudar moda e estilo [...] (GAUGELE; TITON, 2019, p. 1, tradução nossa).¹²

A reflexão investida na proposta de mudança de termos é bastante significativa, uma vez que expande a compreensão e propõe novas formas de abordagem. Os estudos relacionados à História da Moda e Indumentária no Brasil podem ser contemplados pela proposta, passando a incluir em seus registros as dinâmicas culturais e os trânsitos coloniais que tornam as culturas indígenas e africanas fundamentais para um deslocamento epistemológico que, por sua vez, permita o aprofundamento do conhecimento relacionado ao campo.

Em outro sentido, Santos (2020) opta, em consonância com teóricos pós-coloniais, pela ressignificação do termo. Assim, as formas de lidar com o vestuário fora do que a autora denomina “grandes centros” (SANTOS, 2020, p.187) também são consideradas como moda. Santos justifica esse posicionamento ao sugerir que a construção da noção de moda eurocentrada como se conhece não seria possível do ponto de vista político e econômico sem a existência das colônias, que integraram diretamente as cadeias de produção responsáveis pela manutenção da moda enquanto sistema. Assim, autora adota:

¹¹ “[...] a system of power and a capitalist industry that was conceived in Europe and exported to the rest of the world through European imperialism and globalization”.

¹² “Style [...] has been conceptualized as a semiology that narrates the historical sequence of migration routes and highlights different waves of immigration and their changes in dress cultures [...] Building on the theoretical legacy of cultural studies, their aim is to ‘re-orient fashion’, and to create new terms and concepts when studying fashion and style [...]”.

a relação entre modas — como formas de se lidar com o vestuário —, ou seja, com as conexões e entrelaçamentos que são estabelecidas entre as diversas formas de se lidar com o vestuário a partir de diversos pontos nodais que serão tomados como referência para além da Europa. Assim, analisar qualquer elemento da moda na Europa obriga o pesquisador a avaliar a relação daquela moda com as periferias produtoras de outras modas, multiplicando os pontos de referência do olhar, descentralizando o centro e recolocando as sociedades antes colonizadas em posições diferenciadas daquelas impostas pelo colonizador (SANTOS, 2020, p. 187).

O posicionamento de Santos amplia a percepção do quanto a narrativa histórica dominante acerca da moda é limitada. Ao desafiá-la por meio do emprego de “modas”, no plural, a autora reforça a importância da descentralização e do reconhecimento de múltiplas maneiras de experimentar e, portanto, significar a moda. Essa legitimação coloca em cheque categorizações que atribuem um senso de exotismo e diferença, comumente usadas para definir práticas de vestuário de grupos sociais considerados como “o outro”, nos quais se incluem os povos originários, africanos e afro-brasileiros.

O modo de lidar com esses sentidos e essas terminologias interferem diretamente no modo de pensar a moda historicamente, considerando as suas simultaneidades, continuidades e descontinuidades, de modo consciente e crítico de seus aspectos culturais, políticos e sociais. No âmbito deste artigo, quando o termo *moda* for empregado, deve ser entendido no sentido proposto por Santos (2020), de reivindicação de uma descentralização e de novas atribuições. Essa escolha faz parte de um exercício de ressignificar a noção de moda em torno de um pensamento decolonial.

Práticas decolonizadoras nos estudos sobre moda e indumentária: um relato de pesquisa

A complexa teia de dominação e poder em torno da qual os estudos sobre moda e indumentária vêm sendo construídos ao longo das últimas décadas torna necessária não apenas a revisão e a ressignificação dos termos. É preciso também “reconhecer o privilégio, enxergar o sistema tanto quanto o indivíduo (incluindo a si) dentro dele, estimular conversas dolorosas ao invés de silenciá-las, abrir caminho para as vozes desprivilegiadas e ouvi-las [...]” (CIELATKOWSKA, 2010, s.p., tradução nossa).¹³ No Brasil, deve-se repensar, além da teoria, os temas pesquisados e, então, fazer a transição do foco passivo e acrítico voltado para a Europa e sua influência, para a própria cultura. É preciso encarar o passado colonial, e narrar a história nacional com a própria voz.

Diante do exposto, a autora decidiu dedicar a pesquisa de doutorado ao estudo de fotografias de mulheres negras no Brasil oitocentista, observando o seu modo de construir

¹³ “to recognize privilege, to see the system as well as the individuals (including oneself) in it, to stimulate painful conversations rather than to silence them, to make way for and listen to unprivileged voices [...]”.

a própria imagem por meio da indumentária. Apesar da forte presença dessas mulheres no contexto social abordado no estudo, a sua realização impõe inauditos desafios que demandam uma prática decolonizadora na forma de realizar a pesquisa. Encontrar caminhos para essa prática demandou certo desconforto e profunda reflexão. Seria preciso contemplar tudo o que já foi mencionado, em conjunto, ou seja, reconfigurar paradigmas epistemológicos questionando teorias e conceitos tradicionalmente adotados no campo; reconhecer a predominância da bibliografia eurocêntrica, incluindo suas etapas e os passos de investigação; e adotar, por fim, perspectivas que pressuponham a valorização de conhecimentos e modos “outros” de pensar. Cabe reforçar aqui que isso não implica, contudo, a negação ou a desconsideração de conceitos e valores originados no Norte global, pois fazem parte de uma tradição de pensamento do campo e precisam ser repensados e, em certo grau, ressignificados (como no caso do próprio conceito de moda), quando possível, substituídos, mas não sem antes serem discutidos.

Além do posicionamento teórico, autores do pensamento decolonial propõem algumas práticas de pesquisa bastante pertinentes para o campo, como, por exemplo, a coteorização¹⁴ proposta por Rappaport (2007) e as práticas de escuta e observação militante¹⁵ propostas por Ocaña e Lopes (2018). Neste sentido, apontam caminhos de realização de estudos que despertam uma mudança na forma de pensar e sentir diante de questões abordadas e dos sujeitos nelas envolvidos. Os autores citados propõem uma relação entre sujeitos, ao invés da típica relação entre pesquisador e sujeito, na qual a figura do pesquisador ocupa uma posição de autoridade ante as pessoas que configuram o seu “objeto” de pesquisa. Essas práticas têm em comum a ênfase numa construção de pesquisa pautada nas relações e experiências coletivas que busca “pôr no centro vozes e experiências, não só como meras fontes, mas enquanto constitutivas de sujeitos des- e anticoloniais.” (BOZZANO, 2018, p.5).

Sob essa óptica, o pensamento decolonial dialoga com a proposta de transdisciplinaridade, enquanto propõe um modo de realizar pesquisa que transcende a ciência social interpretativa padrão e se torna transdisciplinar, na medida em que traz os sujeitos participantes da pesquisa em pé de igualdade com os investigadores (BERNSTEIN, 2015). Essa proposta extrapola a noção de disciplinas e de produção de conhecimento científico limitada ao contexto acadêmico. De forma que possa haver uma compreensão do mundo presente a partir de uma unidade plural de conhecimentos (IRIBARRY, 2003).

Para o estudo de um grupo de mulheres do século XIX, como é o caso deste trabalho, assim como de outros grupos sociais a partir de um recorte temporal passado, não é possível lançar mão do contato relacional com os sujeitos da pesquisa. Isso não inviabiliza, contudo, a busca por uma práxis de pesquisa mais sensível e inclusiva. De modo geral, é possível se beneficiar do que propõem esses autores para a realização de um exercício de reflexão acerca do lugar ocupado como pesquisadores e, em virtude disso, humanizar as pesquisas ao abrir

¹⁴ Segundo a autora, o processo de coteorização, que resulta de um fazer coletivo da pesquisa que tira o foco da escrita etnográfica, proporciona “aos nossos interlocutores e a nós mesmos, novas ferramentas conceituais para dar sentido às realidades contemporâneas” (RAPPAORT, 2007, p. 201).

¹⁵ Uma alternativa à difundida “observação participante”.

mão das categorias frias que tornam os pesquisadores obcecados por encontrar respostas a problemas criados por eles próprios, como problematiza Haber (2011).

Ao se pensar nas propostas apresentadas e na construção de uma narrativa histórica que contemple uma noção histórica descentralizadora, faz-se necessária uma abordagem que se afaste dos modelos comparativos, levantando novas questões capazes de contemplar as nuances culturais sem negligenciar sua heterogeneidade e dinamicidade. Isso envolve não apenas um cuidado com o posicionamento teórico, com a adoção de um determinado tipo de metodologia ou de fonte (ou combinação de fontes), como também a forma de pensar as questões de pesquisa e de construir os argumentos propostos. Em face disso, foram adotadas duas estratégias metodológicas:

- a) A análise e interpretação dos documentos empregados como fontes de pesquisa com centralidade nas imagens e o enfoque nas entrelinhas dos documentos escritos (explicar-se-á adiante);
- b) A construção de reflexões a partir da articulação de diferentes vozes, reunidas por uma seleção de referencial teórico cujo critério visa à pluralidade de autores, considerando aspectos geográficos, de gênero e de campos de pesquisa.

O obstáculo das fontes de pesquisa

O estudo do vestuário e cultura de mulheres negras durante o período colonial defronta-se com uma dificuldade que, de modo geral, resulta da escassez de informações históricas sobre grupos sociais “racializados” no campo. Como explicado por Lino (2015), longe de acontecer isoladamente, uma vez que é resultado do processo de invisibilidade, que se inicia na falta de reconhecimento de alguns como sujeitos da história, pois ao não serem reconhecidos como tais, não há enunciação a respeito destes. Dentre os estudos sobre Moda e Indumentária, essa questão foi problematizada por Paula (2006) que elucida como divisões dentro do próprio campo resultam de dinâmicas sociais excludentes do Brasil colonial.

A autora comenta como a tecelagem no Brasil foi constituída como uma atividade de escravos, a princípio, e, posteriormente, de homens libertos e mulheres pobres e, portanto, considerada inferior. Ainda segundo a autora, em São Paulo, a profissão de costureira era diretamente associada à prostituição urbana, o que ela atribui ao fato das atividades relacionadas a esse trabalho terem permanecido vinculadas à imagem da escravidão doméstica. Isso era reforçado pela associação com a cor da pele das costureiras, que, em sua maioria, era parda. Simultaneamente, outra categoria foi criada para designar a profissão de costureiras que confeccionavam roupas da dita moda (de influência europeia) para as mulheres da elite do período. Estas eram denominadas como “modistas” (PAULA, 2006).

Essa mesma dinâmica de divisão também pode ser observada no lidar com diferentes construções culturais dos modos de vestir. Enquanto a indumentária à maneira ocidental de influência europeia recebia o *status* de moda, às indumentárias de influência indígena e africana foram, não só durante o período colonial, mas desde então, associadas noções de alteridade provenientes do pensamento imperialista. A esse respeito, pode-se citar a noção de indumentária *tradicional*, que denota algo que não muda com as dinâmicas sociais e temporais. A noção de *autenticidade*, que remonta à ideia de isolamento cultural e não reconhece os próprios trânsitos culturais da colonialidade; e a noção de *ancestralidade*, que

remete à ideia de que as cosmovisões que influenciam as práticas de vestuário desses povos as tornam historicamente desconectadas.

Quanto às fontes documentais escritas, os seus registros e apagamentos refletem, ao mesmo tempo em que reproduzem, esse pensamento subalterno. Conforme informa (SCHWARCZ, 1998), em uma tentativa de apagamento do passado escravocrata, em 1890, o ministro das Finanças do Brasil deu ordem para excluíssem dos arquivos nacionais e queimassem todos os registros relativos à escravidão no país. Como resultado, foi eliminada parte significativa desses registros. Quanto ao caso específico das mulheres negras, como afirma Dias (1995), o apagamento está ainda relacionado a um esquecimento intencional de motivações ideológicas. Portanto, os registros relacionados às histórias dessas mulheres no contexto do Brasil durante o século XIX, devido ao fato de serem social e politicamente marginalizadas, são dispersos e demandam um esforço de estudo da história implícita em documentos em grande parte não diretamente relacionada a estas, para o estudo de referências implícitas que precisam ser identificadas nas entrelinhas (DIAS, 1995).

Além das fontes escritas, objetos da cultura visual e material são relevantes para o estudo da moda e indumentária. Contudo, no Brasil, além de haver pouca tradição de conservação museológica de artefatos têxteis e de vestuário, a formação dos acervos traz à tona as diferenças no que diz respeito à atribuição de valor aos diferentes objetos e a sua categorização, as quais são fundamentadas em critérios étnicos e raciais. Neste aspecto, estabelecem uma divisão em que se denominam de étnicos os artefatos têxteis e de indumentária indígena; e de objetos de arte aqueles relacionados à cultura africana (PAULA, 2006); enquanto os itens de indumentária e tecidos europeus não recebem nenhuma categorização adicional. Além da forma de lidar com os objetos, a constituição de acervos têxteis de museus nacionais é marcada pela falta de representatividade social.

[...] bem distante das chitas floridas e dos tecidos vermelhos, tintos com pau-brasil, as coleções museológicas brasileiras com tecidos formaram-se seguindo os receituários internacionais vigentes para os museus a partir de meados do século XIX e, portanto, alheias a questões de caráter e interesse locais (e talvez atuais)(PAULA, 2006, p. 253).

A falta de representatividade social também é notável na constituição de acervos de itens de indumentária, visto não ser tarefa difícil localizar peças de vestuário produzidos na Europa preservados em museus nacionais como o Museu Paulista da USP, em São Paulo, e o Museu Casa da Hera, no Rio de Janeiro, por exemplo. Trata-se, na maioria das vezes, de roupas pertencidas a pessoas oriundas de classes sociais privilegiadas e que foram doadas às instituições. Por outro lado, preservar roupas e doá-las para museus não era uma prática comum entre pessoas de classes sociais desfavorecidas, tampouco era de interesse das instituições museológicas a aquisição de roupas usadas por pessoas consideradas pobres e “racializadas” para os seus acervos.

Apesar disso, Andrade (2016) relata a existência, no Museu Paulista, de itens que fogem ao padrão de indumentária que corresponde à história oficial, inclusive peças que pertenceram a escravizados, “demonstrando que a instituição vai repensando o acervo

também pela ampliação da representatividade de grupos sociais entre suas coleções” (ANDRADE, 2016, p. 11). Outra instituição, onde é possível vislumbrar uma possibilidade de acesso a artefatos de indumentária de mulheres negras, é o Museu do Traje e do Têxtil - Instituto Feminino da Bahia, em Salvador. Contudo, há ainda uma acentuada disparidade no acesso a itens de indumentária provenientes de culturas subalternizadas em relação àqueles relacionados aos grupos dominantes.

Algumas possibilidades metodológicas

Diante dos desafios de lidar com as fontes de pesquisa mencionados, surge a necessidade de encontrar caminhos metodológicos que permitam a reunião de informações suficientes para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas aos grupos sobre os quais há a escassez de registros. Para o desenvolvimento da pesquisa em questão, a alternativa interessante recaiu na combinação de dois tipos de documentos: escritos e imagéticos.¹⁶ Válido comentar, de antemão, que não se tem a intenção de sugerir que a utilização desses documentos seja algo disruptivo por si só, considerando que esses formatos de documento já têm sido amplamente utilizados para amparar a produção historiográfica e da historiografia da moda. A intenção aqui é apresentar a utilização desses recursos situando-a em uma abordagem orientada por perspectivas alinhadas ao pensamento decolonial e à produção de uma narrativa historiográfica coerente com a descentralização dos pontos de referência, conforme argumentado.

Quanto aos documentos escritos, alguns formatos existentes que contemplam o recorte do estudo são os diários de viajantes, censos populacionais, manuais de fotografia, documentos notariais e anúncios de fuga publicados em periódicos de notícias do período estudado. Não caberia aqui discorrer sobre todos os formatos de documentos mencionados, no entanto, exemplificar-se-á a utilização dos documentos escritos como fonte de dados a partir dos anúncios de fuga. A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁷ dispõe de um vasto arquivo com títulos de periódicos de notícias publicados em diferentes regiões do Brasil, nos quais constam textos de anúncios de fugas de escravizados com descrições pormenorizadas dos modos de vestir das pessoas procuradas.

Uma característica importante dessas descrições reside em sua proximidade com a realidade, pois quem as elaborava tinha o interesse de informar características mais próximas do real quanto fosse possível, a fim de atingir o objetivo de captura e, por isso, os anúncios relatam detalhes importantes para o estudo da indumentária como tipos e cores de tecidos, combinações de peças e estampas utilizadas pelos fugitivos. Como exemplifica o seguinte trecho, retirado de uma publicação de 1842 do *Jornal do Commercio*:

¹⁶ Cabe aqui ressaltar como o processo de digitalização de acervos de documentos textuais e imagéticos de instituições como a Biblioteca Nacional Digital e o Instituto Moreira Salles, por exemplo, que facilita o levantamento e a seleção desses documentos.

¹⁷ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Fugio, na tarde de 11 de abril, da rua Fresca em S. Domingos, a D. Maria Candida Valle a sua escrava Rita Quillimane, rapariga fula, cheia de corpo e boa estatura, o beijo de cima furado, as maçãs do rosto grandes; levou vestido de manga curta de chita branca, já desbotadas as flores, lenço do pescoço branco, avental de ganga azul. Foi comprada em janeiro, na rua do Cano n. 52, esquina da dos Ourives a J. P. de Asevedo; consta que antes quitandava em fructas, frequentando os quartéis de S. Christovão e do Campo, e os arrebaldes: boa gratificação se dará a quem der notícia della na rua Ajuda n. 33 (JORNAL DO COMMERCIO, 1842).

Cabe mencionar que lidar com esses arquivos não compreende uma tarefa fácil, pois, implica trazer à tona a violência e a reificação dos indivíduos, à medida que os anúncios expõem a crueldade do sistema escravista. Contudo, esse exercício abarca parte do esforço por uma prática decolonizadora que permita a construção de uma consciência mais esclarecida acerca do passado. As imagens, analogamente, proporcionam o direcionamento do olhar para outras formas de narrar e compreender a história e as dinâmicas sociais. Considerando serem “especialmente valiosas na reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns” (BURKE, 2004, p. 99), visto que elas ainda contemplam narrativas ausentes dos documentos escritos, como afirma a socióloga e historiadora Cusicanqui:

Enquanto a escrita e as estruturas conceituais das ciências sociais convencionais tendem a obliterar as vozes subalternas ou integrá-las em uma narrativa monológica de progresso e modernização, a imagem pictórica ou audiovisual atualiza as forças que moldam a sociedade [...]. (CUSICANQUI, 2015, p. 88, tradução nossa).¹⁸

No que diz respeito à observação e ao estudo da indumentária e dos modos de vestir, as imagens informam, de maneira sensível, aspectos que outras fontes não são capazes de comunicar. Através destas é possível observar texturas, caimentos, modos de vestir e de manusear o vestuário no passado (TAYLOR, 2002).

Diante do contexto estudado, optou-se pela construção de um *corpus* imagético composto por retratos fotográficos de mulheres negras do Brasil oitocentista. A interpretação dessas imagens passou a ocupar um papel central no desenho metodológico da pesquisa e, por isso, explorar-se-á aqui alguns aspectos da utilização desse recurso. Convém observar que, apesar do potencial informativo das imagens, elas demandam uma análise cuidadosa e sem premissas de neutralidade. No caso dos retratos em questão, ao estudá-los, leva-se em

¹⁸ “Mientras que la escritura y los marcos conceptuales de la ciencia social convencional tienden a obliterar las voces subalternas o a integrarlas en una narrativa monológica de progreso y modernización, la imagen pictórica o audiovisual reactualiza las fuerzas que dan forma a la sociedad [...]”

consideração dados relacionados ao contexto de sua produção, autoria e circulação. Considerar esses aspectos torna claro o fato de que as narrativas visuais não são, de nenhuma forma, isentas de influência da lógica colonial.

A perspectiva sobre a colonialidade permite um olhar desconfiado sobre quaisquer formas de representações da realidade, não em um reducionismo binário de verdade/mentira, mas como um alerta sobre os efeitos de construções de narrativas e valores. (MÜLLER; FERREIRA, 2018, p.4).

Ainda assim, essas imagens permitem observar as mulheres retratadas e refletir sobre a sua relação com a indumentária e a moda com uma sensibilidade particular, quando comparadas com outras fontes de pesquisa. A interpretação dos retratos mostra, sobretudo, como as diferenças culturais culminam em assimetrias de poder, em que a fotografia (figura 1) é bastante representativa dessa dinâmica. A partir da qual, apresentar-se-á um modelo de interpretação que possibilita a apreensão das informações contidas na imagem de modo que possam ser aplicadas ao estudo da indumentária. A imagem foi produzida no Brasil em 1869, no estúdio do fotógrafo alemão Alberto Henschel, na Bahia. Trata-se de um formato chamado *carte-de-visite*,¹⁹ bastante consumido comercialmente por “viajantes, cientistas e colecionadores estrangeiros” (CARDIM, 2012, p.13). Esta imagem, especificamente, foi levada para a Alemanha e atualmente pertence ao acervo de um museu alemão chamado Leibniz-Institut für Laenderkund, em Leipzig. A fotografia foi comprada por um geógrafo alemão chamado Alphons Stübel, juntamente com diversas outras durante uma viagem à América do Sul feita pelo cientista entre 1868 e 1877. As *carte-de-visite* eram recorrentemente exportadas para a Europa como um símbolo do exotismo da população brasileira. Naquele contexto, a imagem da mulher negra era explorada como um modo de reforçar as noções de alteridade que moviam o mercado de consumo desse formato de fotografia.

Portanto, a imagem (figura 1) foi produzida a partir dos interesses do fotógrafo e da mensagem que queria comunicar aos seus futuros observadores europeus. Sendo assim, o estudo desta fotografia (e de outras que, nesse aspecto, se assemelham a ela) com o intuito de informar sobre a moda utilizada por essas mulheres a partir de argumentos que não se limitem à perspectiva eurocentrada exige um olhar que busque as informações contidas nas “entrelinhas”, como propõe Dias (1995). É preciso, portanto, observar os detalhes com um olhar atento que permita apreender o que é implícito na imagem e que pode ser confirmado por dados relativos ao seu formato, contexto de produção e pela contraposição com outras fontes que corroborem ou contrariem a narrativa construída por meio dela.

¹⁹ *Carte-de-visite* era um formato de apresentação de fotografias muito utilizado no século XIX, obtido a partir de uma técnica que permitia a reprodução em série de retratos impressos em dimensões pequenas, como um cartão de visitas.

FIGURA 1 – NEGRA DA BAHIA



Fotografia de Alberto Henschel. Bahia, 1869 com ampliação de detalhes de tecido desfiado e mão direita.

Fonte:LEIBNIZ-INSTITUT FÜR LÄNDERKUNDE, 2021.²⁰

Imagem obtida mediante download de arquivo.

²⁰ O link permanente fornecido pelo sítio eletrônico dá acesso apenas à página principal. Portanto, para acessar a imagem é necessário inserir o código "SAm 21/31" na chave de busca.

A imagem (figura 1) retrata uma jovem mulher negra sentada com o braço esquerdo apoiado em um móvel que segue o padrão daqueles utilizados no interior das casas no período, está posicionada com o corpo voltado para o lado, sem encarar a câmera. A imagem não possui elementos que informem se se trata de uma mulher africana ou brasileira tampouco se seria uma mulher escravizada, livre ou forra. A semelhança da indumentária desta com a de escravas de ganho retratadas em outras fotografias do período leva o observador a deduzir que fosse uma mulher pertencente ao contexto urbano. A imagem pode ser, portanto, associada à de outras mulheres negras que realizavam trabalho doméstico ou comercial.

A partir da observação da imagem, não é possível determinar se a modelo trajava uma combinação de saia e blusa ou um vestido, pois o pano da costa²¹ portado cobriu parte da frente da roupa. No entanto, é possível notar que o tecido está franzido na altura da cintura, o que leva a acreditar tratar-se de uma blusa colocada por dentro da saia. Além dessas duas peças e do pano da costa, a indumentária é composta por turbante, um colar e uma pulseira, cujo material não fica evidente. De acordo com o costume das mulheres negras do período, provavelmente seriam de contas.

A blusa e a saia são feitas de um mesmo tecido estampado, que se parece muito com uma chita²² de algodão, geralmente, mencionada em anúncios de fuga de jornais do século XIX, com fundo claro e motivos miúdos brancos. A blusa possui um decote ombro a ombro que remete ao de blusas utilizadas na composição do traje de crioula, cujo acabamento foi feito com uma estreita renda branca. O pano da costa também é estampado, apresentando um motivo de listras, tendo sido colocado cuidadosamente sobre um dos ombros e das pernas da modelo, reforçando a construção de uma aparência que remete à cultura africana. É possível notar que esse elemento foi feito a partir de um tecido com comprimento generoso e largura estreita. A peça está desfiada no sentido do comprimento, e oferece certo ar de precariedade (detalhe ampliado).

No dedo anelar da mão direita da modelo (detalhe ampliado) vê-se uma marca de sol onde ela teria usado um anel. Na fotografia, contudo, não é possível ver nenhum anel nem brincos. O colar e a pulseira são usados avulsos e não denotam riqueza, como faria o uso de joias, mas reforçam a construção da narrativa comunicada por meio da imagem, podem ser associados a itens que remetiam à religiosidade. Não é possível saber se a mulher se vestiu com roupas próprias ou se as peças pertenciam ao acervo do fotógrafo (prática comum no período), mas resta evidente a construção cuidadosa da imagem através dos detalhes da indumentária, que permite ao observador perceber o controle sobre a produção da visualidade.

²¹ Trata-se de um item de indumentária de influência africana muito utilizado por mulheres negras no Brasil. O nome “da costa” se deve à sua relação com a rota de mercadorias que passava pela costa africana (TORRES 2004).

²² “A palavra chita deriva de chint em híndi, língua falada na Índia, derivada do sânscrito. Chint significa pinta ou mancha e caracteriza, pois, a estampa predominantemente floral, tendo em vista que o hinduísmo e o islamismo, as duas religiões principais do Oriente, proibiam as representações figurativas.” (SILVA, 2010, p. 99).

Ao tratar a imagem como uma fonte histórica para o estudo da indumentária, Rainho (2008) argumenta a respeito da importância de resistir à tentação de interpretá-las como documentos que reproduzem a realidade. Neste sentido, a combinação de fontes auxilia na contraposição das informações obtidas através da imagem para, então, refletir sobre a sua possível aproximação com o real. No caso da imagem em questão, a proximidade de sua construção visual com a realidade pode ser verificada através do seguinte anúncio que, assim como a imagem, foi produzido na Bahia:

No dia 17 do corrente mez, desapareceo uma escrava por nome Joanna crioula, de idade de 50 annos, pouco mais ou menos, estatura baixa, e magra, meia fula, cara comprida, um tanto picada das bexigas, com alguns cabellos brancos, nariz chato; levando vestida camiza de algodão-zinho, saia de riscado azul, e um pano da costa; lenço branco na cabeça, argollas d'oiro cortadas na orelha, e contas no pescoço de rezar: quem a trouxer na praça do Commercio á seo senhor Joaquim Antonio de Barros Lisboa, será generosamente recompensado (CORREIO MERCANTIL, 1838).

Apesar de o texto ter sido publicado algumas décadas antes da produção da fotografia (figura 1) e de se referir a uma mulher provavelmente mais velha do que a retratada, é possível identificar, na descrição da indumentária, elementos que também estão presentes na imagem, tais como: a estampa de listras (chamada de riscado), o pano da costa e o colar de contas ao qual é atribuído um sentido religioso.

A seguir, será apresentado outro exemplo de interpretação de imagem:

FIGURA 2- MINA TAPA



Fotografia de Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865.²³

Fonte: HARVARD, s/d. Imagem obtida mediante download de arquivo.

A fotografia (figura 2) foi feita pelo fotógrafo europeu Augusto Stahl, que era italiano de família francesa, e viveu no Brasil entre 1853 e 1875, tendo ficado conhecido por suas fotografias de paisagens urbanas, suas *cartes-de-visite*, e por uma coleção de fotografias de mulheres negras, homens negros e asiáticos feita sob encomenda de um geólogo naturalista suíço chamado Louis Agassiz. Este, por sua vez, era um cientista segregacionista que liderou a expedição *Thayer*, cujo objetivo era percorrer o Brasil e os Andes para a coleta de material para estudos científicos. As fotografias foram feitas no estúdio de Stahl no Rio de Janeiro e, posteriormente, foram levadas para os Estados Unidos. A fotografia (figura 2) faz parte desta coleção e integra atualmente o acervo do Peabody Museum of Archaeology and Ethnology de Harvard, em Cambridge (cidade norte-americana homônima da conhecida cidade inglesa).

A mulher retratada assume uma posição de perfil, em uma postura a sugerir uma atitude de submissão. De forma similar à fotografia anterior (figura 1), a mulher não olha diretamente para a câmera, o rosto fica bastante destacado na imagem, permitindo a observação de escarificações, que indicam ser uma mulher africana. A imagem (figura 2) é uma fotografia de tipologia que contemplava o desejo de Agassiz de registrar “tipos raciais puros”, ou seja, não miscigenados. Por essa razão, interessava ao fotógrafo registrar a origem étnica da modelo. Stahl fez isso na série de fotografias à qual a imagem (figura 2) pertence através de anotações. Neste caso, o fotógrafo denomina a modelo como Mina Tapa, o que significa que ela pertencia à nação Mina e Tapa era a etnia.

Um dos aspectos da fotografia de tipologia (figura 2) que a difere da *carte-de-visite* (figura 1) é a ausência de algum móvel a compor a cena. O formato voltado para um olhar científico exigia a maior simplicidade possível do cenário, por essa razão, ficam em evidência a mulher e a criança. Tanto a posição da modelo quanto o enquadramento da imagem evidenciam o fato da criança estar sendo carregada ao modo africano, através do pano da costa; e a indumentária de ambos possui diversos elementos. Ela usa uma combinação de saia, blusa, lenço no pescoço, turbante, dois panos da costa e brincos, embora a imagem não permita a visualização do comprimento da saia nem dos pés. A saia parece ser feita de chita de algodão, ao passo que as outras peças aparentam, devido ao caimento, terem sido confeccionadas de tecidos de fibras naturais como algodão e linho.

Alguns trechos de anúncios de fuga publicados no Rio de Janeiro, nas edições do *Jornal do Commercio* de 1841 e da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1819, mencionam elementos presentes na imagem, inclusive tecidos:

Escravos fugidos em 18 de julho 1819, a Horacio Messeni, padeiro na rua dos Ourives N.º 55.- Maria, Libolla, estatura ordinaria, cabellos curtos, cara redonda, hum pequeno signal na face esquerda, peitos grandes, vestida com saia de chita riscada de azul, e o corpo de riscadinho de linho branco e azul. Maria, Conga, pouco mais que ordinária, olhos grandes, cabellos compridos amarrados com hum lenço encarnado com pintas brancas, vestido de linho riscado de azul e branco; aquela pessoa que as segurar, e conduzir á caza de seu Senhor receberá a quantia de 12:800 (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1819).

Fugio, no dia 26 corrente, huma preta de nome Eva, de nação Conga, a qual tem os signaes seguintes: estatura alta e bem parecida, olhos grandes, e hum tanto vesga do esquerdo, e hum lanho na face direita como signal da nação Mina; levou vestido de chita branca com ramos verdes, hum lenço ao pescoço, cabelo baixo e brincos de conta azul [...]. (JORNAL DO COMMERCIO, 1841).

Os trechos mencionam os sinais na face, que seriam as escarificações; o lenço na cabeça, que poderia ser uma referência ao uso de turbante; o lenço no pescoço; e estampas de listras (chamadas de riscado) e florais, que, na imagem, aparecem no pano da costa e na saia, respectivamente. A compatibilidade entre o que é representado na fotografia e o que é descrito nos documentos indica, como no exemplo anterior, que a construção visual da aparência da mulher retratada tinha coerência com a realidade, apesar de controlada para atender a narrativas específicas.

As duas imagens demonstram como diferentes formatos de fotografias atendiam ao interesse comum de registrar mulheres negras sob premissas racistas de alteridade. O próprio fato de serem imagens produzidas por homens brancos europeus para serem, posteriormente, exportadas torna clara essa intenção. Além disso, o interesse pelo registro fotográfico dos seus modos de vestir como forma de reforçar os estereótipos relacionados à aparência, expressam desigualdades intrincadas no pensamento e nas práticas políticas e sociais ligadas a questões raciais e de gênero. A perspectiva decolonial auxilia na compreensão de como o contexto colonial é reprodutor dessas assimetrias.

O estudo das imagens abre caminhos para a abordagem de diferentes temas de pesquisa. Conforme comentado por Cusicanqui (2015), estas são capazes de comunicar múltiplos sentidos, sem formar um trajeto unidimensional, o que favorece as reflexões acerca da moda sob uma perspectiva histórica descentralizada. Assim como os retratos e os anúncios de fuga, há diversas outras possibilidades de combinação de fontes que auxiliam no estudo da indumentária de grupos sociais subalternizados. O levantamento e o estudo dessas fontes podem enriquecer a produção de conhecimento do campo, à medida que trazem à tona dados pouco discutidos, abrindo espaço para que eles sejam explorados a partir de novos olhares e novos questionamentos.

Considerações Finais

Pensar a História da Moda e da Indumentária no Brasil de forma mais sensível e coerente com a pluralidade das nossas nuances históricas, sociais e culturais está longe de ser uma tarefa simples. Contudo, trata-se de uma necessidade que imprime a sua urgência. Fanon (2008, p. 34) argumenta que um povo colonizado é um “povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade”, e quanto mais esse povo “rejeitar a sua negridão, seu mato, mais branco será”. Apesar de dura, a reflexão proposta pelo autor possui ressonâncias com a forma como o conhecimento sobre a moda vem sendo desenvolvido ao longo das últimas décadas no Brasil, cuja narrativa de nossa história relacionada à indumentária visa se enquadrar nos padrões epistemológicos do Norte global, apesar de não se fazer parte dessa fatia geopolítica.

Portanto, é preciso problematizar a nossa colonialidade, abraçando o legado e a presente contribuição dos vestires afro-brasileiros e indígenas. Além de questionar, inclusive, os discursos e conceitos fundamentais, como o próprio conceito de moda, propondo novas ideias e formas de pensar e fazer pesquisa. Apesar da grandeza e complexidade da tarefa proposta, vive-se um momento muito oportuno. Sobretudo pela preocupação de colocar em pauta questões relacionadas à igualdade social e racial, que tem tomado espaço no campo. O desconforto que tem fomentado as publicações e os debates recentes assinalam para a configuração de um campo de estudos mais inclusivo e menos consensual.

Neste sentido, as aproximações com o pensamento decolonial e com a produção crítica que têm surgido dos autores a isto dedicados são extremamente importantes para auxiliar e fornecer ferramentas para essa possível mudança epistemológica. Reforça-se, ainda, a importância da consciência de que o papel daqueles que ocupam o lócus enunciativo da academia engloba a responsabilidade de fazer dessa posição privilegiada um lugar de representatividade. Isso abrange não apenas a forma de pensar e teorizar, mas a própria prática de pesquisa. Compartilhou-se aqui alguns caminhos possíveis, com a plena convicção de que há muito outros sendo construídos, e ainda por construir.

Referências

BERNSTEIN, Jane Holmes. Transdisciplinarity: A review of its origins, development, and current issues. **Journal of Research Practice**, v. 11, n.1. 2015. Disponível em: <http://jrp.icaap.org/index.php/jrp/article/view/510/412>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BOZZANO, Caroline Betemps. Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. e58972, 2018.

CARDIM, Monica. **Identidade branca e diferença negra: Alberto Henschel e a representação do negro no Brasil do século XIX**. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) - Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CIELATKOWSKA, Zofia. Decolonising Art Criticism. **Kunstkrítikk**, 2020. Disponível em: <https://kunstkrítikk.com/decolonising-art-criticism/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de las imágenes: Miradas ch'ixi desde la historia andina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Braziliense, 1995.

ESCOBAR, Arturo. Desde abajo, por la izquierda, y con la tierra. La diferencia de Abya Yala/ Afro/Latino/América. In: WALSH, Catherine. **Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Ediciones Abya-Yala, Serie Pensamiento decolonial, 2017, p. 55-75.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

GAUGELE, Elke; TITON, Monica. Fashion and Postcolonial Critique: An introduction. In: **Fashion and Postcolonial Critique**. Publication Series of the Academy of Fine Arts Vienna, v. 22. Berlin: Sternberg Press/MIT Press, 2019, p.10-36.

CORREIO MERCANTIL. **Annuncios**. Bahia, 5 nov. 1838. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&pesq=riscado&pagfis=658>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. **Avisos**. Rio de Janeiro, 14 ago. 1819, p. 4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749664&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

HABER, Alejandro. Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada. **Revista Chilena de Antropología**, v. 23, 2011. Disponível em: 10.5354/0719-1472.2011.15564. Acesso em: 12 dez. 2020.

HARVARD. **View**. s/d. Disponível em: <[https://pmem.unix.fas.harvard.edu:8443/peabody/view/objects/asitem/search\\$0040/0/title-desc?t:state:flow=235e2cbb-a311-40de-8934-576f62f6253d](https://pmem.unix.fas.harvard.edu:8443/peabody/view/objects/asitem/search$0040/0/title-desc?t:state:flow=235e2cbb-a311-40de-8934-576f62f6253d)>. Acesso em: 5 jul. 2021.

IRIBARRY, Isac Nikos. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 483-490, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300007>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. **Annuncios**. Rio de Janeiro, 17 abr. 1841, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=qual%20tem%20os%20signaes%20seguintes>. Acesso em: 14 nov. 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. **Escravos fugidos**. Rio de Janeiro, 17 abr. 1842. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=Fugio,%20na%20tarde%20de%2011%20de%20abril>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêtricos. In: Lander, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber**: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.

LEIBNIZ-INSTITUT FÜR LÄNDERKUNDE. **Wissenbank**. s/d. Disponível em: <<https://ifl.wissensbank.com/eseacha/browse.tt.html>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

LIMA, Verena Tidei de. **Ensino superior em design de moda no Brasil: práxis e (in) sustentabilidade**. 2018. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <[10.11606/T.16.2018.tde-19122018-154908](https://doi.org/10.11606/T.16.2018.tde-19122018-154908)>. Acesso em: 13 fev. 2022.

LINO, Tayane Rogeria. O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento. **Anuário de Literatura**, v. 20, n. 1, p. 74-95, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-7917.2015v20n1p74>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Reconstitución epistémica/estética: laaesthesisdecolonial una década después. **Calle 14: revista de investigación en el campo del arte**, v. 14, n. 25, p. 14-33, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6719043>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017, p. 12-37.

MIGNOLO, Walter; WALTER, Rolando, DecolonialAestheSis: Colonial Wounds/Decolonial Healings,' **Social Text Online**, 2013. Disponível em: <https://socialtextjournal.org/periscope_article/decolonial-aesthesis-colonial-woundsdecolonial-healings/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; FERREIRA, Paulo Antonio Barbosa. A decolonialidade como emergência epistemológica para o ensino de história. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n.1, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6584764>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

OCAÑA, Ortiz Alexander; ARIAS LÓPEZ, Maria Isabel. Hacerdecolonial: desobedecer a la metodología e investigación. **Hallazgos**, v. 16, n. 31, p. 147-166, Bogotá, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15332/s1794-3841.2019.0031.06>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PAULA, Teresa Cristina Toledo de. Tecidos no museu: argumentos para uma história das práticas curatoriais no Brasil. **Anais do Museu Paulista**, v. 14, n. 2, p. 253-298, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142006000200008>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 3-5.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

RAINHO, M. do C. T. As imagens da moda e a moda das imagens. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 76–83, 2008. Disponível em: 10.26563/dobras.v2i4.337. Acesso em: 16 fev. 2019.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía em colaboración. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 43, p. 197-229, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0486-65252007000100007&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Das ementas de história da moda ao conhecimento histórico. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 8, n. 17, p. 13–22, 2015. Disponível em: <10.26563/dobras.v8i17.5>. Acesso em: 13 fev. 2022.

SANTOS, Heloisa Helena De Oliveira. Uma análise teórico-política decolonial sobre o conceito de moda e seus usos. **Modapalavra e-periódico**, v. 13, n. 28, p. 164–190, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5965/1982615x13272020164>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 173-244.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. Estampa chita e cesura: Linguagem não-verbal e suas diversas interfaces comunicacionais. **Revista Encontros de Vista**, v.5, n.1, p. 96-107, 2010. Disponível em: < <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4404> >. Acesso em: 15 nov. 2018.

SLADE, Toby; JANSEN, Angela. Letter from the Editors: Decoloniality and Fashion, **Fashion Theory**, v. 24, n. 7, p. 979-981, 2020. Disponível em: <10.1080/1362704X.2020.1823620> . Acesso em: 20 nov. 2020.

SOARES, Fernando Augusto Hage; MARTINS, Benedita Afonso. Notas sobre a disciplina história da moda: fontes e fantasmas em uma ficção. **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, v. 3, n. 1, p. 103 - 112, 2019. Disponível em: 10.5965/25944630312019103. Acesso em: 12 fev. 2022.

TAYLOR, Lou. Fashion and Dress History: Theoretical and Methodological Approaches. In: BLACK, Sandy et al. (Ed.). **The Handbook of Fashion Studies**. London: Bloomsbury, 2013.

TORRES, H. A. Alguns aspectos da indumentária da crioula baiana. **CadernosPagu**, v. 23, p. 413-467, 2004.

TORTORA, Phyllis G. Tortora (Ed.). **Berg Encyclopedia of World Dress and Fashion: Global Perspectives**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 159-170.

TULLOCH, Carol. **The Birth of Cool: Style Narratives of the African Diaspora**. London: Bloomsbury, 2016.

VANHAUTE, Eric. Immanuel Wallerstein's lasting impact on the field of world history. **Socio**, v.15, p. 93-103, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/socio.11049>. Acesso em: 13 fev. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 2011.

Agradecimentos

Revisora: Maira Fátima de Oliveira Nobre, graduada e licenciada plena em Letras - Português-Literaturas pela (UFRJ); mestrado em Ciência da Literatura (UFRJ); doutorado em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologias pelo HCTE/UFRJ; pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/ UFRJ).